

# Ciberespaço e mobilização política: a campanha da ficha limpa

Patrícia Cucio Guisordi\*

Marisa do Espírito Santo Borin\*\*

---

## Resumo

A pesquisa busca indagar se o ciberespaço contribui para as mobilizações políticas que vem ocorrendo no Brasil, especialmente nos últimos anos. Após os movimentos ocorridos em junho de 2013, emerge um campo de estudo em busca de compreender o impacto das mobilizações políticas no cenário político brasileiro. Em consonância a estes estudos a presente pesquisa objetiva entender em que medida a mobilização política no ciberespaço contribui para a tramitação de propostas de lei nas Casas Legislativas (Câmara e Senado) no Brasil, através de um estudo de caso da Campanha da Ficha Limpa. Para tanto a análise se concentra no período de tramitação da Proposta de Lei nas Casas Legislativas, entre setembro de 2009 e junho de 2010. Neste artigo será apresentado o contexto em que se desenvolveram as primeiras mobilizações políticas do século XXI, o que possibilitou a mobilização de indivíduos que buscaram incidir na *polity*, através de outros canais que não os setores tradicionais da política – partidos e sindicatos. Os conceitos-chaves deste trabalho estão fundamentados na “teoria da modernização reflexiva” discutida por Ulrich Beck e em textos e análises escritas por autores como Manuel Castells, Pierre Lévy, entre outros.

**Palavras-chave:** mobilização política; ciberespaço; ação coletiva; *Sub-Politics*.

## Abstract

The research seeks to inquire whether cyberspace contributes to the political mobilizations that have been taken place in Brazil, especially in recent years. After the movements in June 2013, a field of study emerges seeking to understand the impact of political mobilization in the Brazilian political scene. In line with these studies this research aims to understand to what extent the political mobilization in cyberspace contributes to the processing of Bills in the Legislative Houses (Chamber and Senate) in Brazil, through a case study of the "Ficha Limpa" (Clean Record) Campaign. Therefore this analysis focuses on the processing period for the Bill Draft on Legislative Houses, between September 2009 and June 2010. This paper will present the context that developed the first political mobilization of the century, which enabled the mobilization of individuals who sought to focus on the polity through channels other than the traditional sectors of politics - parties and trade unions.

**Keywords:** Political Mobilization; Cyberspace; Collective Action; *Sub-Politics*.

---

\* Mestranda em Ciências Sociais da PUC SP, membro do Núcleo de Estudos de Direitos Humanos da FESP-SP e integrante do Instituto Sincronicidade para Interação Social - ISPIS - Atua com netativismo /ciberativismo junto a organizações da sociedade civil. E-mail [patriciacuco@gmail.com](mailto:patriciacuco@gmail.com)

\*\* Profª Drª do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

## Introdução

A mobilização política através do ciberespaço vem se consolidando como área de pesquisa nas ciências sociais desde a irrupção da Primavera Árabe em 2011. No Brasil, o estudo e o debate sobre esta nova forma de mobilização ganhou fôlego após as Jornadas de Junho de 2013 quando milhares de pessoas foram para a rua com os mais variados slogans, motivados pelo lema “Não é apenas vinte centavos”.

Porém antes das Jornadas de Junho e da Primavera Árabe ocorreu no Brasil a mobilização política em prol da Lei da Ficha Limpa, conhecida como “Campanha da Ficha Limpa”. Esta campanha mobilizou *on-line* e *off-line* milhares de pessoas e resultou na sanção de uma lei que visa criar critérios mais rígidos para os candidatos a cargos elegíveis tanto no Legislativo quanto no Executivo.

A proposta deste artigo é apresentar, de forma breve, as características deste tipo de mobilização, trazendo alguns resultados preliminares da pesquisa sobre a mobilização política na internet, ocorrida durante a Campanha da Ficha Limpa. Para esse fim, dividimos o texto em quatro partes: a primeira oferece uma introdução e contextualização do momento histórico em que se encontrava nossa sociedade, no momento da referida Campanha; a segunda traz uma aproximação dos conceitos de *sub-politics* e mobilização política; a terceira revela o panorama geral das mobilizações políticas na internet e, a quarta, uma análise da Campanha da Ficha Limpa.

Para a compreensão do objeto de pesquisa se torna necessário, antes de tudo, apreender o cenário/contexto em que o mesmo está inserido. Para tanto, utiliza-se o conceito discutido por Ulrich Beck (1997), que classifica o processo de modernização como reflexivo<sup>1</sup> no qual as “certezas da sociedade industrial dominam o pensamento, a ação das pessoas e das

---

<sup>1</sup> “Este conceito não implica (como pode sugerir o adjetivo “reflexivo”) *reflexão*, mas (antes) *auto confrontação*. A transição do período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva (...). Pode-se virtualmente dizer que as constelações da sociedade de risco são produzidas porque as certezas da sociedade industrial (...) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial.” (Beck. 1997, pp. 17-18) Tal reflexividade nos leva a uma sociedade de risco. Para o autor esta sociedade de risco não é uma opção de escolha já que ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma e de maneira cumulativa e latente.

instituições”. A continuidade desta modernização autônoma<sup>2</sup> resulta no surgimento de uma sociedade de risco onde ocorre o retorno da incerteza.

No caso extremo, quando se trata de enfrentar as consequências de uma catástrofe nuclear, não há mais a possibilidade de alguém não ser participante. Inversamente, isto implica que todos os que estão sob esta ameaça, são necessários como participantes e parte afetada, e podem parecer igualmente autorresponsáveis. (Beck, 1997, p.26)

Seguindo a lógica acima descrita, se compreende o porquê de uma proposta de lei como a da Ficha Limpa<sup>3</sup>, que cria, de acordo com Márlon Reis (2009), balizas para a análise da vida pregressa do candidato a cargos elegíveis no Legislativo e Executivo buscando assim, diminuir a incerteza da qualidade do representante eleito. Ainda, seguindo a lógica descrita por Beck, a mobilização política ocorrida a favor da proposta de lei, conhecida como Campanha da Ficha Limpa, impactou amplos setores da sociedade brasileira. Não é apenas o grupo que se mobiliza que terá as vantagens ou desvantagens com a aprovação da proposta de lei ou não, mas toda a sociedade brasileira que será afetada pela possibilidade de novas regras em seu processo eleitoral e pela possibilidade de “controlar” alguns dos possíveis riscos do processo eleitoral.

Avançando no raciocínio acima desenvolvido, a participação política passa a ser individualizada, não que essa individualização signifique isolamento, solidão ou desconexão. Ela, na verdade, significa “a desincorporação e a reincorporação de novos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos.” (Beck, 1997). Se na sociedade industrial clássica a sociedade pode ser compreendida como bonecas russas nas quais uma se encaixa na outra (ou seja, camadas onde o indivíduo está inserido em um núcleo familiar, classe, partido e etc.), na atualidade as categorias que formam esta boneca estão sendo “sistematicamente desincorporadas e reincorporadas e essa é a importância da teoria da individualização” (Ibidem, p.29). A consequência desse processo é que as “instituições estão se tornando irreais em seus programas e fundações, e por isso, dependentes dos indivíduos” (Ibidem, p.31).

De um lado, tal processo acarreta em um vazio político nas instituições e, de outro, um renascimento não institucional do político. O que nos faz compreender o surgimento de

---

<sup>2</sup> “Qualquer um que conceba a modernização como um processo de inovação autônoma deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial” (Beck, 1997, p.5).

<sup>3</sup> A Ficha Limpa é a Lei Complementar nº 135 de 2010 que emenda a Lei das Condições de Inelegibilidade, Lei Complementar nº 64 de 1990. A lei torna inelegível por oito anos um candidato que tiver seu mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado, mesmo se ainda houve a possibilidade de recurso.

movimentos como o Occupy Wall Street – e suas variações, os Indignados e outros. Os indivíduos voltam a ocupar os espaços tradicionais de discussão e confrontação, ruas e praças por exemplo. Nessa perspectiva de ocupação de espaços, para os indivíduos, o ciberespaço<sup>4</sup> também surge como um local de contestação e confronto.

Espera-se encontrar “a política nas arenas a ela designada, e executada pelos agentes devidamente autorizados: parlamento, partidos políticos, sindicatos e etc.” (Ibidem, p.34). Porém, na sociedade atual os movimentos descritos acima apontam para o deslocamento da política dos locais devidamente autorizados para os locais já utilizados no passado, como as ruas e as praças, e também os novos espaços, como os acampamentos ou fóruns de discussões online. Talvez não seja exagero dizer que os grupos formados por iniciativas dos cidadãos alcançaram o poder politicamente, já que são eles a debaterem a questão de um mundo em perigo – seja pela possibilidade de um colapso ambiental que leve a raça humana à extinção, seja pelo questionamento das políticas econômicas que excluem grande parte da população de seus dividendos, ou ainda, como no caso da Ficha Limpa, pela busca de novas regras na escolha de seus representantes. Os temas do futuro, que agora estão na boca de todo mundo, não se originaram nos parlamentos. Antes surgiram da autoconfrontação do indivíduo e a realidade em que ele está inserido.

Assim sendo, afirmações como “eles, os políticos, não me representam” fazem sentido nesta sociedade de risco já que a representação política surge na sociedade industrial e hoje “as formas de envolvimento político, protesto e retirada misturam-se em uma ambivalência que desafia as velhas categorias da clareza política.” (Ibidem, p.36).

Desse modo, a individualização dos conflitos e dos interesses políticos não significa desengajamento, “a democracia da pesquisa de opinião” e esgotamento da política. Mas surge um engajamento múltiplo contraditório que mistura e combina os polos clássicos da política e da forma que, se pensarmos nas coisas em relação à sua conclusão lógica, todo mundo pensa e age como um direitoista ou um esquerdistas, de maneira radical ou conservadora, democrática ou não democraticamente, ecológico e anti ecológico, política e não politicamente, tudo ao mesmo tempo. [...] Entretanto, isso só significa que as clarezas atuais da política – direita e esquerda, conservador e socialista, retraimento e participação – não são mais corretas ou efetivas. (Beck. 1997, p. 41)

---

<sup>4</sup> O termo ciberespaço surge nos anos 1980 como neologismo derivado de cibernética, que designa “ciência do comando e do controle” (Lemos e Levy. 2010, p.51). Conclui-se assim, que o ciberespaço seria o espaço onde o comando e o controle ocorrem.

Com isso percebe-se que no processo de desincorporação e incorporação de novos modos de agir, a subjetividade do indivíduo passa também a fazer sentido na política. O que, de modo geral, não é tratado pela ciência política, que elaborou seu conceito de política em três aspectos: *polity* – estudo da estrutura; *policy* - estudo do discurso, e; *politics* – estudo das relações de poder. “Aqui não é o indivíduo que é considerado apropriado à política; as questões é que são dirigidas aos agentes corporativos, ou seja, coletivos.” (Ibidem, p.42).

Não são mais apenas os agentes tradicionais – partidos políticos e sindicatos – que aparecem no cenário do planejamento social assim como, os agentes coletivos, sociais e especializados que competem pelo poder de conformação emergente do político, mas também os indivíduos. E é nesse ponto que se desenvolve a subpolítica (*sub-politics*). Ou seja, um confronto pelo poder que ocupa espaços não tradicionais de discussão política envolvendo tanto os atores tradicionais quanto os novos para o planejamento social.

Nas palavras de Beck:

Subpolítica (*sub-politics*), então, significa moldar a sociedade de baixo para cima. Visto de cima, isto resulta na perda do poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política. No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade. (Beck, 1997, p.44)

Seria a infra tentando condicionar a supra estrutura<sup>5</sup>? De que forma indivíduos não representados por partidos podem incidir e ocupar espaços na política? De que forma essa subpolítica está interagindo com a política e em quais espaços isso é possível?

Partindo-se da ideia acima colocada de que a subpolítica é apropriada pelos indivíduos, que se mobilizam de formas diversas, e que buscam pautar os agentes tradicionais da política (ou, seja a sua estrutura / *polity*) encontramos na fala de Castells, 2003, a seguinte imagem:

Para desenvolver uma analogia histórica, a constituição do movimento operário na Era Industrial não pode ser isolada da fábrica industrial como seu cenário organizacional (embora alguns historiadores insistam no papel igualmente importante do pub a esse respeito). Sabemos [...] que a Internet não é simplesmente uma tecnologia: é um meio de comunicação (como eram os pubs), e é a infraestrutura material de uma determina forma organizacional: a rede (como era a fábrica). Pelas duas razões a internet tornou-se um componente indispensável do tipo de movimento social que está emergindo. (Castells, 2003, pp. 115-116)

---

<sup>5</sup> Aqui parte-se do conceito marxista onde “o conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade formam sua base ou estrutura que por sua vez é o fundamento sobre o qual se constituem as instituições políticas e sociais” (Quintaneiro, Barbosa e Oliveira. 2011, p. 36). Pensa-se que a infraestrutura, no caso acima, é o local da *sub-politics* e seus agentes e a supraestrutura é o local e os agentes da *polity*.

Com a alegoria criada por Castells é possível compreender a proposta de “desincorporação” e “reincorporação” dos novos modos de agir, descrita acima. Pois, se na sociedade industrial a fábrica era o local da discussão e era o que determinava sua posição na sociedade (capitalista ou operário – de modo total), hoje o ciberespaço é um dos lugares onde os indivíduos se manifestam e, em muitos casos, organizam ações que extrapolam esse espaço e ganham as ruas em novas e interessantes mobilizações políticas<sup>6</sup>.

A interconexão mundial dos computadores, que integra todas as mídias precedentes em um meio de comunicação interativo original, fazem nascer um novo espaço público. Esse novo espaço público redefine radicalmente as condições de governança e vai, provavelmente, engendrar novas formas políticas, ainda dificilmente previsíveis. (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 52)

Para concluir essa seção pode-se dizer que a reflexividade na modernização da sociedade levou, assim, ao desenvolvimento de técnicas que permitiram a criação de um novo espaço, o ciberespaço, que se pode, preliminarmente, ser apontado como um local aonde a subpolítica (*sub-politics*) vem ganhando força e desenvolvimento. Permitindo que os indivíduos se aglutinem em torno de novas causas e agendas que se confrontam com a política (*politics*) buscando influenciar em decisões que ao longo da sociedade industrial não eram de seu interesse.

### ***Sub-politics, ação coletiva e mobilização política***

Como acima descrito não são mais apenas os agentes tradicionais que atuam na arena política, mas também os indivíduos que o fazem através de ações coletivas que são “toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confia e aplica recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns (TILLY, apud Gohn, 1997, p. 66)”. Ao longo da modernidade diferentes formas de ação coletiva foram desenvolvidas, como descreve Tilly:

No século XVIII as pessoas aprenderam a fazer greves, invadir os campos e locais de trabalho, a realizar protestos por meio de encenações teatrais nas ruas e queimar

---

<sup>6</sup> A figura descrita por Manuel Castells deixa claro que na sociedade industrial a fábrica era o espaço onde ocorriam diferentes ações e que impulsionava o movimento operário a ganhar as ruas na luta por mais direitos, de modo coeso. As pessoas assumiam posições totalizantes no sentido de ser algo ou não ser algo. Na atualidade, como descrito acima, não é mais possível se afirmar isso ou aquilo, nossas posições políticas são permeadas por subjetividade podendo ser o indivíduo proletário, ativista ambiental e a favor da não legalização do aborto – por exemplo. Esse engajamento em diferentes causas e bandeiras também é favorecido pelo ciberespaço que permite ao indivíduo ocupar diferentes posições, ou seja, clicar em diferentes abas de seu navegador ao mesmo tempo, ocupando assim diferentes espaços.

publicamente imagens fictícias de seus oponentes. Estas ações se expressaram nas rebeliões por alimentos, invasões no campo contra coletores de impostos e etc. Menos visíveis foram as demandas populares nas festas e assembleias de grupos corporativos as quais produziram petições, processos jurídicos, condenações e até mesmo deliberaram atos de rebelião. Já o século XIX apresentou um repertório de ações coletivas totalmente diferentes. [...] as formas mais visíveis foram as demonstrações em grandes eventos de protesto, a greve, a competição eleitoral (Gohn. 1997, p.67).

Em que diferem essas ações coletivas das de hoje? Como podemos caracterizar as ações coletivas atuais dentro da *sub-política*? Na citação acima vemos que os indivíduos praticaram diferentes ações em busca, muitas vezes, da defesa de seus direitos sociais e políticos. Ou seja, as ações coletivas se aglutinavam em torno da ideia de partido e classe que representava o indivíduo e buscavam um espaço na *polity*/estrutura. A frase “aquele político não me representa” poderia não fazer sentido para a classe proletária ou para o movimento por sufrágio universal na primeira metade do século XX, que buscavam justamente a oportunidade de eleger os seus representantes para assim participar da *polity* e influenciar o processo político.

Estes movimentos ao conquistarem a oportunidade de serem representados passam a garantir os seus direitos sociais e políticos, o que permite (ao longo do processo de modernização reflexiva) lutarem por outros “direitos”, incorporando e desincorporando novas técnicas, ideias e repertórios de ação<sup>7</sup>. Partindo-se da ideia da modernização reflexiva percebe-se que o acúmulo de conhecimento gerado pelas ações coletivas dos últimos três séculos resultou, de certa maneira, no questionamento da representação política e da participação de grupos que não se sentem representados nas estruturas políticas e de poder. Tal ideia vem de encontro com as questões levantadas por Charles Tilly ao estudar o repertório de ação ao longo da história, já que para sociedades e épocas diferentes criam-se espaços e modos de agir diferentes. Assim sendo, é durante o século XX que a *sub-politics* emerge, como espaço onde “grupos insatisfeitos organizam-se para expressar suas reivindicações na arena pública” (Alonso 2009, p. 55) ao encontrarem uma estrutura de oportunidades políticas favoráveis<sup>8</sup> criadas pelas estruturas da sociedade industrial.

---

<sup>7</sup> Alonso (2012) diz que “O repertório é, então, um conjunto de formas de ação. Uma metáfora esclarece seu funcionamento: “Ele lembra uma linguagem rudimentar: tão familiar como o dia para seus usuários, e com toda a sua possível esquisitice [*quaintness*] ou incompreensibilidade para um estrangeiro” (Tilly, 1978: 156).” (Alonso, 2012, p. 23)

<sup>8</sup> “Tarrow argumenta que, quando há mudanças nas EOPs (estrutura de oportunidade políticas), isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*.” (Alonso. 2007, p.55). Ou seja, as incertezas da sociedade risco criam as oportunidades políticas necessárias para que ações coletivas ocorram.

Tais grupos “insatisfeitos” passam a atuar no confronto e contestação, buscando novas alternativas e ganhos de “direito”. Eles “são políticos porque as pessoas que participam dele estão exercitando a política” (Johnston, apud Gohn, 2013. p. 25) na busca de influenciar de alguma maneira a *polity* e a *politic*.

### **Mobilização política e internet**

Pode-se dizer que 2011 foi um ano em que o mundo entrou em uma nova onda de mobilizações políticas. De norte a sul do globo, ações coletivas ocorreram e os indivíduos/manifestantes, muitas vezes desvinculados das formas tradicionais de representação política, entraram em cena trazendo aos parlamentos do mundo inteiro questões que estavam fora do debate político. Em uma análise rápida pode-se perceber que a *sub-politics* buscou em 2011 influenciar a *politics* e para isso contou com um novo espaço de confronto, o ciberespaço, surgindo também novos repertórios de ação.

A revista *Time* escolheu como personalidade do ano de 2011 “*The Protester*” (o manifestante). O rosto da capa está encapuzado, seu nome é desconhecido, não se sabe se se trata de um homem ou de uma mulher. Mas por certo todos conseguem se transferir sem dificuldades ao estado sentimental da pessoa retratada. Ele ou ela protesta contra a impotência, e quer liberdade e a possibilidade de ajudar a decidir sobre as coisas – seja na Praça Tahrir, às margens do rio Moscou, ou diante da Bolsa de Nova York. Nós conhecemos esse misto de sentimentos por experiência própria como espectadores de televisão, leitores de jornal e usuários da Internet. (Schulze. 2011, s/p.)

Antes de falarmos deste novo espaço, o que autores otimistas chamam de “nova Ágora”, se faz necessário compreender este novo momento. Para nos ajudar em sua compreensão é preciso lembra-se que na sociedade de risco a confiança, as verdades absolutas já não existem. Beck (1997) argumenta em seu texto que embora as empresas atestem e garantam que determinado carro é seguro, as seguradoras sempre afirmam que há a possibilidade de alguma falha. Em relação a confiança Castells (2013) diz que

A confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência (Castells, 2013, posição 133).

A crise de confiança que ocorre no seio da sociedade de risco colabora para que a relação dialética entre *sub-politics* e *politics* ocorra e se expanda, não somente nos espaços



tradicionais de contestação (como a rua e as praças), mas também – como dito acima, no ciberespaço.

Faz-se necessário então entender que o ciberespaço é um espaço virtual criado por diferentes camadas de acúmulo de informação onde, a primeira camada é propriamente a informática desenvolvida a partir dos anos 1950 do século XX. A segunda camada é a Internet – ou seja a parte física onde encontra-se os servidores ligados por cabos que transitam os dados. “O crescimento da internet nos anos 1980 paralelo aos dos computadores pessoais, permitiu a redes de indivíduos e a instituições começarem a alimentarem e explorarem o ciberespaço” (Lemos e Lévy, 2010, p.15). A terceira camada é a web<sup>9</sup> que “endereça páginas de documentos e permite ao mesmo tempo, identificar hiperligações entre essas páginas.” (Ibidem). Todo esse processo aconteceu dentro da sociedade industrial, mas os efeitos da apropriação deste novo campo/espaço ultrapassa a era industrial e nos leva ao que Castells, 2011 denomina como a Era Informacional e que este artigo compreende estar no bojo da modernização reflexiva – dentro da sociedade de risco, onde as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais em todo o planeta encontram-se estruturadas pela Internet e em torno dela, segundo Castells, 2011.

As primeiras potencialidades deste novo espaço surgiram durante o levante indígena ocorrida em Chiapas, no México onde antes mesmo de se falar em Web 2.0, a “internet” tornou-se um espaço para a mobilização política. Nesse contexto:

Sem que ninguém o previsse, coletivos e indivíduos de diversos lugares do mundo principiaram a utilizar as tecnologias digitais para incidir sobre a rebelião, divulgar denúncias contra a militarização, às violências aos direitos humanos, e inclusive para coordenar e organizar protestos.” (SANCHO, 2012, s/p)

Vinte anos após a criação do Exército de Libertação Zapatista, um dos primeiros movimentos a contestarem a nova ordem econômica global e a pontuar a necessidade de se distribuir os malefícios da sociedade industrial após o fim da Guerra Fria, os holofotes se viram para o ciberespaço, pois ele se tornou um importante espaço de diálogo, planejamento e propagação das mobilizações políticas ocorridas no início do século XXI ao redor do mundo. A mais famosa delas, a Primavera Árabe, também conhecida como a Revolução Facebook, teve como principal “transmissor” de notícias a internet e os celulares providos de acesso à rede mundial de computadores. Através – da web é que a mobilização de indivíduos com

---

<sup>9</sup> Termo criado em 2004 pela empresa americana O'Reilly Media para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo o conceito da "Web como plataforma" e congrega apenas uma parcela das informações da internet.

diferentes *backgrounds* e expectativas foi possível e culminou no caso do Egito, com a derrubada do governo<sup>10</sup>.

As recentes manifestações de junho de 2013 no Brasil e na Turquia, a Revolução na Tunísia, na Islândia e no Egito, os Indignados na Espanha, e o Occupy Wall Street mostram que, possivelmente, emerge uma nova forma de ação coletiva possibilitada pela internet que visa incidir nas decisões da esfera política/*polity* utilizando novas formas organizacionais e modos de mobilização.

Nestas mobilizações políticas é notável que a web tenha sido o local utilizado pelos manifestantes para: angariarem simpatias, organizar manifestações, protestos e divulgar em tempo real os acontecimentos de dentro dos movimentos chamando a atenção da grande mídia, para causas comuns a milhares de cidadãos e que antes não tinham visibilidade.

Para autores como Prinz (2012), “a influência das mídias sociais sobre esses ingentes movimentos das massas é indiscutível, como é indiscutível sua influência sobre a sociedade como um todo.” No mesmo sentido, Pinto (2012) argumenta que:

A internet possibilita uma nova dinâmica em dois vetores, (...) horizontal e vertical. No primeiro há a manifestação de todos o que transforma o movimento em algo muito aberto e acessível. Há blogs, Twitter, Facebook, MSN. Isto possibilita que enquanto o movimento se realiza vá ganhando apoios de pessoas que não estavam inicialmente envolvidas. Verticalmente a internet possibilita a organização em redes que começam em quadras, passa para bairros, zonais, cidades, até grandes centros.” (PINTO; apud BRINGEL e GOHN. 2012, p.138).

Vemos com isso que o ciberespaço potencializa a representação política para além dos atores tradicionais, para organizações da sociedade civil (OSCs) e diversos movimentos não institucionalizados<sup>11</sup>.

Como as organizações civis estão a desempenhar um novo papel de *facto* e de *jure* um novo papel ativo na representação política, e tal papel é diferente ao desempenhado por partidos e sindicatos, isso cria dilemas a cerca da representatividade. Em contraste com tais instituições, a grande maioria das organizações não utiliza mecanismos eleitorais para estabelecer sua representatividade, nem funciona sob a lógica de afiliação” (LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. 2006, p.83).

---

<sup>10</sup> Um dos “riscos” de ser ter um novo espaço que possibilite a interação social é que ele pode ser apropriado de maneira política e se tornar um espaço onde indivíduos articulem ações coletivas com objetivo de confrontar a ordem social vigente. Por este motivo, identifica-se o ciberespaço como um local para o desenvolvimento da *sub-politics* e uma estrutura de oportunidade política, pois possibilita o contato de pessoas em diferentes partes do globo as mobilizando para alguma ação.

<sup>11</sup> A sociedade brasileira conta diversos movimentos não formalizados, ou seja, que atuam na realidade social sem uma figura jurídica de fato (sem estarem registrados nos órgãos competentes e possuírem CNPJ). Essa atuação é possível pois tais movimentos se aproximam de organizações já institucionalizadas para a captação de recursos e parcerias de apoio técnico-financeiro.

Além disto, este novo espaço permite também a mobilização de indivíduos que encontram no ciberespaço “um espaço de autonomia do qual os movimentos emergiram sob diferentes forma e com resultados diversificados, a depender de seu contexto social” (Castells, 2013, posição 1340)

Dessa forma, essas organizações e movimentos contam com a mobilização política na web, comumente chamada de ciberativismo. “Trata-se de uma nova cultura de protestos na quais milhares de pessoas agem em conjunto independentemente do local e do tempo” (Beckedahl, in Haruma 2012). Ou seja, são indivíduos mobilizando-se por identificarem-se com essas causas e ao mobilizarem-se impactam direta ou indiretamente a vida mesmo daqueles que não tomam parte destas mobilizações.

Essa representação não se dá apenas durante os protestos, mas também em diferentes momentos da vida política. Por exemplo, no Brasil durante o primeiro semestre de 2014 houve uma mobilização de diferentes organizações da sociedade civil brasileira em favor da aprovação de determinado texto do Marco Civil da Internet com diversos *posts* em redes sociais e a coleta de assinaturas em uma petição online<sup>12</sup>. Essa nova cultura é um meio de participação e de pressão de determinados atores da sociedade civil e seus simpatizantes.

Nesta forma de mobilização política através de petições *on-line* destaca-se a organização internacional Avaaz. Em sua página eletrônica<sup>13</sup>, esta organização se apresenta como “comunidade de campanha, que leva a voz da sociedade civil para a política global”. Na página inicial é apontada a quantidade de seus membros em diferentes regiões do planeta (em 28/04/2014 eram 35.083.3012). Para participar dessas campanhas se pode clicar, assinando a petição e enviá-la, para seus contatos via *e-mail*. O objetivo é tornar a participação fácil e interessante (Haruma, 2012). É necessário ponderar que essa facilidade de "criar causas", que incentiva a proliferação de manifestações múltiplas e pulverizadas, também tem seu lado negativo: uma espécie de "banalização" de tomadas de iniciativas impulsionadas pela facilidade com que se pode fazê-lo, que, em muitos casos, não chegam a lugar algum<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> No site da petição online a favor do Marco Civil da Internet podemos ler “Atualização – 22 de abril de 2014: Vencemos! Após uma intensa campanha com mais de 350 mil assinaturas, milhares de telefonemas e uma dura batalha em Brasília, a voz do povo falou mais alto que os interesses das telecoms e nossos senadores fizeram história ao aprovar o Marco Civil da Internet! Vamos celebrar essa vitória agora!” ([http://www.avaz.org/po/o\\_fim\\_da\\_internet\\_livre\\_senado/](http://www.avaz.org/po/o_fim_da_internet_livre_senado/) - acessado em 28/04/2014)

<sup>13</sup> Página eletrônica do Avaaz: <http://www.avaaz.org/po/>

<sup>14</sup> A mídia especializada usa termos como "ativismo de sofá", ou *slacktivism* (uma colagem que significa algo como “ativismo preguiçoso, em inglês”), para designar pejorativamente os processos de participação ou mobilização que se resumem ao mundo virtual. Normalmente, esses termos estão associados a causas que aparecem como "ondas" ou modas, ganham grande euforia nas redes sociais (como Twitter, Facebook ou mesmo sites de petições online), mas, por falta de organização e agenda, não atingem resultados práticos.

Somente uma parte das inúmeras mobilizações iniciadas em redes do tipo Avaaz consegue efetivamente algum tipo de mudança real na política. Isso tende a ocorrer quando os organizadores já possuem uma estrutura consideravelmente sólida; onde as causas são claras e bem delimitadas e quando há, de fato, uma agenda sistemática de ações a serem tomadas que ultrapassam o âmbito virtual. (Haruma, 2012).

O filósofo Pierre Lévy, em entrevista para um grande jornal brasileiro<sup>15</sup> nega que as mobilizações online sejam menos legítimas que as manifestações tradicionais, como os protestos de rua, e que é necessário se investirem uma alfabetização digital para elevar o nível do debate político ocorrido na web.

É fato que o ativismo através da internet consegue mobilizar politicamente diferentes pessoas em diferentes regiões do mundo para determinadas causas e que contribua para algumas vitórias significativas, como a alteração da pena da iraniana, Sakineh Mohammadi Ashtiani, em 2011 e a aprovação na íntegra do texto sobre o Marco Civil da Internet em 2014. Porém, “críticos dizem que é verdade, que os assim chamados “democratas de sofá” assinam petições, mas o problema é que depois disso a energia deles evapora” (Haruma, 2012).

Em sintonia com os críticos desse modo de ativismo político, Evgeny Morozov<sup>16</sup> aponta que em democracias fortes, as campanhas realizadas na Internet podem influenciar e/ou modificar a postura do governo, em determinado posicionamento político, porém isso ocorre apenas por que a sociedade civil pressiona as autoridades também em outras instâncias.

Sendo assim, as ferramentas disponibilizadas no ciberespaço tais como: e-mail, sites, listas de discussões, fóruns, redes sociais e petições online contribuem para as novas formas de mobilização políticas no Brasil e no mundo, assim como, na construção e consolidação da participação democrática. Porém, é necessário que se compreenda quais os elementos que compõem uma mobilização política exitosa, ou seja, os atores, o contexto histórico e político e, por fim, a agenda de propostas dos envolvidos e em que medida a mobilização política no ciberespaço contribui para o êxito.

---

<sup>15</sup>Entrevista disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,nao-sou-contra-o-ativismo-de-sofa-afirma-o-filosofo-frances-pierre-levy,1007313,0.htm> (acessado em 20 de maio de 2013)

<sup>16</sup> Pesquisador da Universidade Georgetown.

## Uma breve análise da Ficha Limpa

Em uma breve análise desse contexto de mobilização política ocorrida durante a Campanha da Ficha Limpa, no período de 2009 a 2010, pode-se dizer que a proposta de lei da Ficha Limpa surge em um momento de descrédito e incertezas quanto a qualidade do representante político no Brasil. Por isso propõe-se uma lei de restrição dos candidatos com condenação em segunda instância ou em colegiado, o direito de concorrerem ao pleito.

Percebe-se, ao analisar o contexto histórico, que a criação da lei, não era uma urgência já que época da formulação da proposta da Ficha Limpa (2008 – 2009), tramitava no Congresso Nacional “onze projetos de lei de iniciativa parlamentar, com o objetivo de alterar a Lei de Inelegibilidades. O primeiro deles datava de 1993, sendo que seis desses haviam sido apresentados.” (Melchiori. 2011 p.80)

Dados divulgados pelo site Congresso em Foco em junho de 2009 informavam que, na época da Campanha da Ficha Limpa havia “152 parlamentares com pendências na Justiça, sendo o primeiro colocado o PMDB, com 32 (25 deputados e 7 senadores), seguido do DEM, com 22 e do PSDB, com 17 parlamentares” (Ibidem p.87).

Dessa forma, vislumbrando a oportunidade política da Lei ser aprovada e regular as eleições de 2010, é que se inicia uma mobilização política para a tramitação da proposta de lei pelo Congresso e posterior sanção presidencial. Em uma coleta de dados preliminar constatou-se que na rede social Orkut a comunidade virtual oficial da Campanha da Ficha Limpa, criada pelo Dr. Luciano Caparroz um dos articuladores nacionais da campanha, contava com 6.019 membros e que no período de 29/09/2009 a 04/06/2010 – período em que o projeto de lei tramitou até a sanção do então presidente Lula, foram “postados” 203 tópicos neste perfil do Orkut. Além disso, as informações disponibilizadas por Graziela Tanaka:

O componente online da campanha pela Ficha Limpa coordenada pela Avaaz é o maior e o melhor exemplo (...). Ao longo de quatro meses, a propagação da Ficha Limpa pela Internet aconteceu de forma crescente e surpreendente. Os alertas de campanha chegaram aos quatro cantos do país, gerando repercussão midiática, engajando pessoas em diversas ações e principalmente levando a mensagem da sociedade civil diretamente aos ouvidos dos deputados e governantes. Os alertas de campanha foram disseminados para mais de 1.600.000 pessoas através da ferramenta “Avisar seus amigos”, sem contar as que foram propagadas diretamente. A petição online, somada aos números coletados em papel pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, ganhou centenas de milhares de assinaturas em poucas semanas, empurrando o total de assinaturas para além de 2 milhões de brasileiros. A campanha Ficha Limpa se tornou um “*top trending topic*” (assuntos mais postados) do Twitter por uma semana. A lista de apoiadores da Avaaz cresceu ao longo da campanha de

130.000 pessoas para 600.000 pessoas, tornando o Brasil o maior país entre os 5,2 milhões de membros da Avaaz em todos os países do mundo. Estes são apenas alguns números para ilustrar o alcance da campanha e o seu sucesso em se difundir pelo país, porém aconteceram ainda inúmeras outras formas de divulgação por redes sociais, blogs, listas de discussão, etc., que não poderiam ser contabilizados. (Tanaka, 2011)

Esses dados levantados preliminarmente vêm corroborar com a ideia de que o ciberespaço é um novo espaço de articulação política e permite o desenvolvimento de novas formas de agir pelos indivíduos que utilizam esse espaço para, não apenas trocarem informações, mas também mobilizarem-se politicamente para incidirem na estrutura política formal e assim pautar os debates nas casas legislativas em determinados momentos no Brasil. Com o aprofundamento na coleta de dados no ciberespaço poder-se-á analisar como a mobilização política brevemente discutida acima influenciou a discussão e aprovação da proposta de lei pelo legislativo brasileiro.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste artigo discutimos como o processo de modernização reflexiva encaminha a sociedade para uma fase muito além da era industrial, e que essa “autodestruição criativa” não virá através da revolução, mas da expansão da técnica e das escolhas racionais realizadas pela sociedade.

Argumentamos que no campo político o processo de reflexividade permite que a sociedade retorne à política por meio da *sub-politics* na qual há uma efervescência de opiniões e bandeiras que, geralmente, não são representados pelos agentes políticos tradicionais. Discutiu-se também que os indivíduos inseridos na *sub-politics* buscam, através de ações coletivas, permitidas graças ao acúmulo de experiências anteriores no processo de incorporação e desincorporação dos novos modos de ação, influenciar a estrutura/*polity* posicionando-se também como planejador de desenvolvimento social.

Além disso, foi feito um paralelo entre *sub-politics*, mobilização política e o ciberespaço apontando que o desenvolvimento da sociedade industrial nos levou à construção de um novo espaço, o ciberespaço, que, para alguns autores mais otimistas, pode-se configurar um novo espaço de deliberação e decisão política. Uma verdadeira Ágora virtual que permite aos indivíduos buscarem, através de diferentes ferramentas, propagarem as suas ideias, angariando simpatias e influenciando a *polity*.

E, ainda, foram abordadas as mobilizações políticas ocorridas a partir de 2011, nas quais o ciberespaço tornou-se um elemento extremamente importante e decisivo para as mobilizações políticas. Este novo espaço parece permitir que os indivíduos se posicionem sem a necessidade dos seus representantes tradicionais e levem ao parlamento suas reivindicações, buscando pautar as discussões, o discurso e a estrutura.

Por fim, esse artigo traz o indicativo de que a mobilização ocorrida no ciberespaço contribuiu para a aprovação da proposta de lei da Ficha Limpa, observando-se que a pesquisa ainda se encontra em andamento, e que a análise apresentada é preliminar, fundamentada em alguns dados levantados pela pesquisadora até o presente momento.

### Referências Bibliográficas

- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. In: **Revista Lua Nova**, São Paulo, Vol. 46, p.46-86, 2009.
- \_\_\_\_\_. Repertório, Segundo Charles Tilly: História de Um Conceito. In: **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, Vol. 02, p.21-41, 2012.
- AVAAZ. Site. Meio eletrônico. Disponível em: < Avaaz: <http://www.avaaz.org/po/>> Acesso em: 28 Abr.2014
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GUIDES, Antony; LASH, SCOTT. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. s/e. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BRINGEL, Breno; GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais na era global**. s/e. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet**, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. I. 14º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Redes de Indignação e Esperança**. Ed. Digital para Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FRAGOSO, Suely, RECUERO, Raquel e AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Manifestações de Junho de 2013 No Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2014.
- HARUMA, Hadija. Protestos na Rede. **Revista Humboldt**. Meio eletrônico. São Paulo: Instituto Goethe, 2012. Disponível em: <<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9527427.htm>>. Acessado em 06 Abr. 2013.
- LAVALLE, Ádrian; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, vol.67, p.49-106, 2006.
- LEMOS, André. LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**. 1ª edição. São Paulo: Paulus, 2010.

- LÉVY, Pierre. Não sou contra Ativismo de Sofá. **Estadão**. Meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,nao-sou-contra-o-ativismo-de-sofa-afirma-o-filosofo-frances-pierre-levy,1007313,0.htm>> Acesso em: 20 Mai. 2013
- MELCHIORI, Cíntia. **Participação e Representação Política: A iniciativa popular de lei no caso do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2011.
- MOROZOV, Evgeny. Ditadores Espertos. **Revista Humboldt**. Meio eletrônico. São Paulo: Instituto Goethe, 2012. Disponível em: <<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9537812.htm>>. Acessado em 20 Abr. 2013.
- Orkut. **Comunidade Virtual**, Lei 9840 – MCCE – Ficha Limpa. Meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=5065228>> Acessado em 27. Set. 2014.
- PRINZ, Ulrike. Protesto 2.0. **Revista Humdoldt**. Meio eletrônico. São Paulo: Instituto Goethe, 2012. Disponível em: <<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9384777.htm>>. Acessado em 05 Abr. 2013
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de Clássicos. Marx, Durkheim e Weber**. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- REIS, Márlon Jacinto. Ficha Limpa: A mutação silenciosa. Meio eletrônico. Disponível em: <[http://www.mcce.org.br/site/pdf/a\\_mutacao\\_silenciosa\\_da\\_politica-Marlon\\_Jacinto\\_Reis.pdf](http://www.mcce.org.br/site/pdf/a_mutacao_silenciosa_da_politica-Marlon_Jacinto_Reis.pdf)> Acessado em 09. Out. 2014.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. 2ª edição. Porto Alegre, Editora Sulina, 2009.
- SANCHO, Guimar. O teclado do subcomandante Marcos. **Revista Humdoldt**. Meio eletrônico. São Paulo: Instituto Goethe, 2012. Disponível em: <<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9537662.htm>>. Acessado em 15 Abr. 2013
- SCHULZE, Gerhard. **O Manifestante HUMDOLDT REDAKTION**. Meio eletrônico: Instituto Goethe, 2012. Disponível em: <<http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9384777.htm>>. Acessado em 20 Abr. 2013
- TANAKA, Graziela. **Ativismo Online na Ficha Limpa: a internet está mudando a política**. Meio eletrônico. 10 Jan.2011. Website. Disponível em: <<http://www.tiespecialistas.com.br/2011/01/ativismo-online-na-ficha-limpa-a-internet-esta-mudando-a-politica/#.UcceOvkqZsl>>. Acessado em 23 Jun.2013.